

SERÃO OS MISERÁVEIS CIDADÃOS?

Luiz Fernando Pinto

Prof. Adjunto da Universidade Federal da Bahia

O BICHO

Vi, ontem, um bicho
na imundície do pátio
catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
não examinava nem cheirava;
engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
não era um gato,
não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um **HOMEM!**

Manoel Bandeira.

Vivemos num mundo em transformações. Mas estamos nos transformando em que? Que mundo é este? Será que, no momento atual, a família, a escola e a sociedade estão oferecendo à criança uma educação que represente um projeto de vida autêntico e que forneça a preparação necessária para que, através desta educação, ela possa habilitar-se ao exercício pleno da cidadania?

Mudanças aceleradas provocam insegurança nos pais, educadores, sociólogos, políticos, psicólogos e dirigentes de instituições que lidam com o problema educacional no país.

Estarão estes segmentos preparados para o exercício desta árdua missão?

E o que é **ser criança** no nosso terceiro mundo?

É morrer de desidratação no verão? É morrer de frio no inverno? E de fome na primavera e no outono? É disputar uma vaga numa escola pública, exclusivamente por causa da merenda escolar, - única refeição no dia - e fingirem todos que esta criança está sendo educada para tornar-se cidadã?

É levantar-se de madrugada para batalhar a incerteza do pão de cada dia na selva de asfalto e no chão batido ou na lama poluída das favelas?

E o que é **ser adolescente** nesta sociedade agressiva e violenta? Se ele é rico, ser adolescente é viver no mundo da fantasia burguesa, alienado na sociedade de consumo, assistindo seis a oito horas de televisão por dia? É ser um mini-executivo, com a agenda repleta de compromissos: inglês, francês, artes, judô, natação e a indispensável psicoterapia para compensar o estresse precoce? Mas, se ele é pobre, ser adolescente é descer o morro para roubar a bolsa da madame descuidada? É reagir contra a sua desdita e ser levado ao psiquiatra para ser rotulado como portador de distúrbios de conduta ou ao juiz de menores para ser fichado como menor infrator por conduta anti-social?

AS ESCALADAS

Vivemos num mundo oprimido pela escalada da angústia. As pessoas estão se tornando cada vez mais angustiadas, mais tensas, mais desorientadas, mais neurotizadas, mais solitárias. A escalada tecnológica desnuda o fracasso e a fragilidade do ser humano, propiciando um doloroso processo de desumanização e coisificação dos seres humanos: as pessoas se coisificam mutuamente e transformam o outro em mero objeto de consumo, utilizado apenas enquanto tem algo de valor a oferecer, sendo descartado como um objeto inútil e finito, quando todos os seus conteúdos úteis já foram utilizados e consumidos.

Vivemos um momento crítico de explosão da escalada do ódio: ódio político, ódio religioso, ódio racial e tudo que possa ser odiado pelo ser humano, no seu afã predatório de agredir e destruir. Vivemos um gravíssimo momento de auto-destruição social, porque os cidadãos estão desprezando livremente os seus impulsos agressivos, gerando ondas sucessivas de violência que têm o seu ponto de arrebentação na infância e na adolescência. Esta mesma infância e adolescência, com as quais o país deveria contar para conduzir o seu futuro. Esta geração do amanhã, que todos os segmentos da sociedade esperam que seja constituída por cidadãos pacíficos, íntegros, bem ajustados e transbordantes de amor ao próximo.

A FAMÍLIA PREDATÓRIA

Todo tipo de violência é cometida contra estas crianças e a situação torna-se mais grave ainda quando esta violência é cometida pela própria família. É lugar-comum nas manchetes policiais dos jornais notícias sobre mães que jogam os filhos nas latas de lixo ou no fundo das cisternas; mães que atiram os filhos aos cães ou os abandonam em terrenos baldios na calada da noite.

Mas os filhos também se tornam violentos e se voltam contra a família. As manchetes dos jornais noticiam, também, filicídios hediondos; tios também matam sobrinhos e sobrinhos assassinam tios; avós matam netos e vice-versa. Cresce, também, a cada dia, a violência sexual contra as crianças, e o problema torna-se mais inquietante quando constatamos que este tipo de violência é praticada, muitas vezes, pelos próprios pais ou padrastos destas crianças vitimadas.

A violência é, também, induzida por outras vias mais sutis, confundidas com certos objetivos educativos. Desde cedo as crianças são matriculadas nas academias de judô, capoeira, karatê ou outras artes marciais, não só pelo lazer ou benefícios salutareos que a prática do esporte proporciona, mas, sobretudo, para que elas aprendam e se habilitem a defender-se das agressões a que possam ser submetidas na escola, na rua ou no play-ground do edifício onde moram. São, assim, induzidas à violência através do preparo para uma guerra menor entre crianças, até que chegue o momento de enfrentar a guerra maior, a nível adulto, cujo campo de batalha será a dura competição na luta pela vida, no seio de uma sociedade hostil e patológica. Esta mesma sociedade que lhes cobra, não obstante, uma cidadania pacífica, marcada por manifestações de amor a seus semelhantes - como recomenda a Santa Madre Igreja - na esperança de que essas crianças e adolescentes estejam sempre prontos a oferecer a outra face, quando uma delas for violentamente esmurrada - metaforicamente ou fisicamente - ainda que o sangue jorre em profusão, mais fisicamente do que metaforicamente.

AS GRANDES VÍTIMAS

Na verdade, as crianças são as grandes vítimas das injustiças sociais e dos erros dos adultos, pois esses males são repassados de geração a geração e a violência da sociedade reflete a violência individual a qual, por sua vez, é fruto da violência social, criando-se uma ciranda interminável, que se agrava cada vez mais ao transformar-se numa espiral maligna que cresce rumo ao caos social.

Os adolescentes iniciam-se cada vez mais cedo no uso de drogas, induzidos pelos maus exemplos dos adultos e pelo marketing sedutor e eficaz dos traficantes.

A escalada do sexo envolve, num arrastão tentacular, não só as meninas de rua - mas também, as "meninas de casa" - privadas dos benefícios sociais a que teriam direito se tivessem sido educadas e recebido as oportunidades necessárias para serem reconhecidas como cidadãs. O problema da prostituição neste segmento não reside na jovem socialmente marginalizada que vende o seu corpo por alguns míseros trocados para sobreviver. O cancro do problema situa-se, na verdade, naqueles que vivem da indústria da prostituição e da pornografia, e exploram e aliciam menores que são integrados numa força perversa de trabalho a serviço da indústria do sexo. O esgotamento da pornografia convencional, criou um novo filão ainda mais antropofágico, que visa a reativar o interesse escotofílico dos perversos sexuais e a reforçar o faturamento dos seus exploradores, através da criação de uma nova modalidade de pornografia, ora em franca expansão: a **pornobaby**, ou seja a transformação de crianças em objeto sexual em vídeos, filmes e espetáculos ao vivo.

Existem muitas outras formas de violências - diretas ou indiretas - que são cometidas contra as crianças. Dentre elas vale ressaltar a poluição e os crimes ecológicos - quase todos impunes - que contaminam a atmosfera, destroem a fauna e a flora, adoecendo, no seu arrastão destrutivo, as crianças, adolescentes e adultos miseráveis, que moram em barracos situados em zonas altamente poluídas, porque, em virtude da sub-cidadania, só lhes é permitido morar em invasões situadas em zonas insalubres.

A maior violência, porém, e a forma mais grave de agressão a este segmento social marginalizado é a corrupção reinante nos poderes públicos. As verbas governamentais destinadas à educação, à merenda escolar e à saúde destas crianças, que são desviadas por políticos desonestos. Os escândalos se sucedem, no Brasil inteiro, em todos os níveis administrativos, derrubando até presidentes e ministros. Haverá maior violência contra aqueles a quem o sistema nega o direito à educação e à cidadania e que, no entanto, permite que os seus responsáveis circulem impunes nos salões e corredores dos palácios?

Não há violência maior contra as crianças socialmente marginalizadas do que os crimes cometidos pelos ladrões de fraque e cartola que desviam as verbas públicas destinadas à sua educação, caminho indispensável à sua condução à cidadania. Porque isso lhes é subtraído, muitos dos meninos vivem marginalizados nas ruas, e são obrigados pelas circunstâncias a roubar para

sobreviver, denunciando a cada furto cometido que a sua cidadania não se consolidou pela falta de uma educação adequada e de meios sociais propícios, porque a paupérrima verba que era destinada à sua educação e ao bem estar social foi desviada por políticos corruptos.

E que dizer da escalada da miséria? Haverá maior violência contra a infância e a adolescência do que esta?

O mundo está cheio de crianças e adolescentes famintos; no terceiro mundo eles são quase 300 milhões; 800 milhões vivem em completa miséria física e psíquica. Cerca de 65% da população mundial vive privada dos serviços de educação e saúde.

A maior parte da população brasileira vive desprovida da assistência adequada à maternidade, à infância, à velhice e à população desamparada. Metade da população brasileira morre antes de completar dezenove anos de idade. 20% das crianças nascidas vivas não completa o primeiro ano de vida. De dois em dois minutos morre uma criança de fome no Brasil. 40 milhões de brasileiros não recebe nenhuma assistência médica, porque 80% dos médicos brasileiros estão concentrados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais.

A nossa taxa de mortalidade infantil é uma das mais altas da América Latina: para cada dois enterros ocorridos no Brasil um deles é de uma criança com menos de cinco anos de idade. O país só não fica despovoado porque, em contra-partida, a nossa taxa de natalidade é, também, uma das mais altas do mundo, e o Brasil ocupa um lugar de destaque na explosão demográfica que assola o terceiro mundo. Breve já não teremos mais empregos, moradia, transportes, saúde pública, educação, saneamento básico, alimentos e espaço físico para abrigar tão desordenado e irresponsável crescimento populacional, que supera as condições de atendimento social dos governos.

Estudos da UNICEF revelam que nos países do terceiro mundo a cada 30 segundos nascem cem crianças. Destas cem crianças nascidas vivas, trinta morrem no primeiro ano de vida e somente dez sobreviverão depois do quinto ano de vida. Dentre estes sobreviventes, apenas 3% receberão algum tipo de assistência médica. O mesmo estudo revela que a mortalidade infantil decresce de duas a quatro vezes em função da educação da mãe, o que confirma a importância da educação para a cidadania.

No Brasil, cerca de 6 milhões de adultos estão desempregados e cerca de 6 milhões de trabalhadores têm renda inferior a um salário mínimo;

55 milhões de brasileiros não têm acesso a água potável;

25 milhões de brasileiros não usam eletricidade;

100 mil crianças brasileiras ficam cegas anualmente por carência de vitamina A.

No Brasil ainda se morre de desnutrição, diarreia, tétano, e outras doenças infecciosas há muito tempo erradicadas nos países desenvolvidos. Como se esta vergonha não fosse o bastante, agora os nossos miseráveis estão também morrendo de cólera, doença típica de zonas insalubres onde os vírus e outras bactérias estão ganhando a guerra contra as forças combatidas de uma Saúde Pública precária e mais envolvida com o superfaturamento de guardas-chuvas e de bicicletas do que com a saúde e o bem estar da população carente.

Como pensar em educação para a cidadania quando 45 % da população brasileira é analfabeta e 7 milhões de crianças em idade escolar não encontram vagas nas escolas?

A ESCALADA DO MEDO

As crianças de hoje - com direito à cidadania ou privadas dela - perderam os seus medos ancestrais ao "bicho-papão", ao lobisomem, ao "velho do saco", às almas do outro mundo e às bruxas. Estas entidades, outrora terríficas, hoje pertencem ao museu do medo, porque não assombram mais ninguém e a sociologia do medo está sendo reescrita. As crianças de hoje assimilaram os medos dos adultos. Hoje em dia criança de classe alta tem medo de seqüestro, de assalto e de estupro, enquanto criança marginalizada tem medo das chuvas torrenciais de inverno, dos perigos sociais e da polícia. Criança pobre tem medo de incêndio, inundação, desmoronamento e corrimento de terra na favela. Criança marginalizada teme o desabrigo, a fome, os sinistros de toda ordem e, sobretudo, a rejeição social. Criança marginalizada teme os exterminadores clandestinos, que praticam o extermínio por conta própria, mas temem muito mais os exterminadores oficiais que usam credenciais legais para legitimar o extermínio. Afinal, elas têm as suas razões para este temor.

A Anistia Internacional denunciou recentemente, com veemência, que o Brasil resolveu o problema de como tirar os meninos das ruas: matando-os!

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A educação para a cidadania está embutida no processo de socialização, que tem como objetivo precípua o engajamento social, mediante a orientação do ego para a sociedade e a criação de um **horizonte temporal da existência**. Neste horizonte insere-se o sentido do tempo e do futuro, e um projeto de vida voltado para o quadro social.

Este projeto, na sua dimensão social, existencial, individual e psicológico, é viabilizado pelo **aprendizado de papéis** que a adaptação social contínua oferece e emula. Justamente aí reside um dos pontos mais vulneráveis das diversas injustiças sociais: a sociedade obstaculiza a integração da criança marginalizada ao lhe negar uma educação que lhe permita o acesso à cidadania, situação esta que contribui decisivamente para o reforço da marginalização da qual ela já é vítima. Este contexto injusto reativa o círculo vicioso perverso da **remarginalização do marginal** ao negar-lhe as condições necessárias para ele sair da marginalidade, valendo-se para isso de um sistema repressor que agrava o problema e empurra o marginal cada vez mais fundo na sua marginalidade. Na sociedade capitalista, quem mais tem é quem mais recebe e quem menos tem é quem menos recebe e o pouco que tem, muitas vezes, ainda lhe é tirado.

É a educação para a cidadania que permite a orientação do ego para o mundo interno e o mundo externo, situação que vai permitir, no **horizonte temporal existencial**, o **Ser-em-si**, o **Ser-no-grupo** e o **Ser-no-mundo**. Esta consciência de si mesmo e do Outro é o elemento que confere e assegura o sentido do Tempo e do Futuro aos planos de vida e ao **Projeto-de-mundo** de cada cidadão ajustado na sua trajetória sócio-existencial.

A valorização pessoal, a cultura, a riqueza, o “status”, o prestígio, o respeito, as gratificações afetivas, etc. são conquistas que marcam a ascensão social bem sucedida e a integração social de todos aqueles que tiveram o privilégio de ter a sua cidadania reconhecida e receberam os subsídios e respaldo sociais necessários para a sua consolidação.

Os indivíduos dissociais não têm este **horizonte temporal**, razão pela qual sua existência limita-se ao momento presente, ao **aqui-e-agora** ou a projetos de curto prazo, centrados nas suas necessidades individualistas imediatas.

A **existência dissocial** é marcada pela indefinição dos papéis sociais, quase sempre ambíguos, frágeis, descategorizados e sem representatividade

social pela carência de participação ativa no mecanismo social. A mendicância, o parasitismo e a exploração do Outro são padrões de conduta típicos desta situação. A **ociosidade dissocial** implica na rejeição dos papéis sociais e na opção pelo parasitismo, com recusa ao trabalho, que é encarado com desprezo e desinteresse.

Há uma rejeição e, não raro, inversão dos valores sociais e morais. As anti-virtudes passam a ser consideradas como virtudes e a conduta imoral ou amoral passa a ser a norma. O ato delinqüente não é considerado como tal. Há uma inversão de valores e o sujeito se concede o direito de agir de forma transgressora, invertendo os papéis e considerando-se como fazendo justiça a si mesmo para corrigir as injustiças de que tem sido vítima. Assim, a ação delituosa é legitimada e dela não resultam sentimentos de culpa. O embotamento ético progressivo, a ausência de culpa, a ausência de ansiedade e a rejeição dos valores morais favorece a legitimação da conduta anti-social pelo mecanismo inconsciente de **racionalização**, liberando o ego para buscar as gratificações para os seus impulsos instintivos, sem observação dos limites impostos pelas barreiras sociais.

Assim, neste existir transitório do **aqui-e-agora**, a vida decorre sob o primado do **princípio do prazer** com a abolição quase total do **princípio da realidade**.

Num processo de **egocentrismo ético** o código de valores é recriado e o ego dissocia-se da sociedade e cria ou associa-se a um universo dissocial pré-existente e o sujeito passa a integrar uma sub-cultura marginal, assumindo os seus novos valores e vivendo num meio pseudo-social, no qual há uma valorização da agressividade e do desprezo pela vida humana. Os sentimentos sociais tradicionalmente positivos são desprezados e a valorização é deslocada para a força bruta, possessão e domínio, agilidade e destreza, astúcia e capacidade de iludir e enganar os outros, que passam a ser encarados indistintamente como "trouxas".

A luta pela sobrevivência provoca um intenso egocentrismo que expressa a incapacidade de suportar o conflito com o Outro, levando o indivíduo a sentir-se frustrado pela sociedade e injustamente tratado pelo seu meio ambiente: família, escola, autoridades, etc. Toda afirmação do Outro contra ele é encarada como oposição gratuita, interdição, má vontade, perseguição ou injustiça, embora, muitas vezes, estes sentimentos possam estar assentados em fatos verdadeiros. A impossibilidade de amar, de aceitar negativas ou frustrações, de criar raízes, resulta numa impossibilidade de estabelecer relações objetivas e de criar vínculos com as pessoas com quem convive.

A ORGANIZAÇÃO DA VIDA COLETIVA

Em que consiste, então, a adaptação social e o exercício da cidadania?

A característica fundamental de uma sociedade, seja ela tribal, imperial, monárquica ou republicana, é a sua estrutura relativamente estável, determinada por uma organização específica e regida por princípios políticos-jurídicos. Os serviços sociais ou serviços públicos têm como missão fundamental, manter e promover a sociedade como uma organização da vida coletiva. A ordem e a segurança pública, a circulação e a locomoção da população, os meios de comunicação, a subsistência dos seus participantes, a saúde pública, a educação e a assistência social em geral, são assegurados por um sistema complexo de serviços prestados por instituições destinadas a estas atividades. Estes serviços e instituições funcionam obedecendo a um conjunto de regras, regulamentos, princípios ou hábitos sociais e têm como objetivo precípua proporcionar o bem estar público, assistência social e favorecer a integração social de cada cidadão.

A dura luta pela vida e a competição entre as pessoas para conquistar, assegurar ou ascender socialmente na disputa pelo sucesso pessoal e profissional é regida pela instituição do Direito e suas leis, que são estabelecidas para garantir as liberdades individuais, definir papéis e proteger o cidadão nos seus direitos básicos. Esta organização do Direito explicita-se na vida cotidiana, sob a forma de códigos e sistemas de direitos e deveres, e de permissões e interdições.

Dentro deste contexto, o cidadão deve ambientar-se a um sistema de obrigações coletivas que todos devem assumir e respeitar, a fim de poderem usufruir dos benefícios que, em contra-partida, o Estado oferece.

Assim, cada cidadão assume um papel social, que lhe confere uma **identidade social** no seu **ser-social**, assumindo obrigações e compromissos com a sociedade na qual se integra, tornando-se, também, uma espécie de guardião da mesma, à medida que a sua participação é, também, um elemento de estruturação e crescimento da sociedade da qual ele é, simultaneamente, servidor e beneficiário dos bens sociais produzidos por ela.

A integração social exige que os cidadãos se tornem membros da coletividade e que atuem como tal, desempenhando os papéis que lhes foram outorgados.

Nas interrelações com diferentes segmentos sociais cada cidadão é solicitado a exercer múltiplos papéis e a participar de um complexo sistema de relações sociais para as quais deve estar preparado.

Existir socialmente e ser cidadão implica, portanto, em ter-se ligações com a sociedade em que se vive. Para isso é necessário uma preparação para o exercício dos papéis sociais e para a aceitação dos direitos e deveres regidos pelos regulamentos comunitários. As exigências ligadas ao cumprimento desse complexo jogo de papéis e sistemas de regras de leis conduz à adaptação aos hábitos e normas coletivas, as quais, por sua vez, provocam uma certa **dissociação e desindividualização funcional**. Esta dissociação e desindividualização funcional entre o **eu individual** e o **eu social** são normais até o ponto em que a personalidade e o personagem que assume um papel mantêm entre si uma relação flexível capaz de conservar a unidade do eu. A educação para a cidadania deve habilitar, portanto, o indivíduo para o confronto com este conflito pois a existência dos seres humanos como seres sociais, obriga-os, continuamente, à transcendência de si mesmos e à busca da integração social. Esta preparação é fundamental, pois é ela que protege o indivíduo da transgressão, da despersonalização e da marginalização. Assim, a consciência de si mesmo deve estar sempre presente e ser capaz de controlar, a cada instante, a parte da personalidade que exerce um papel e a parte do papel que é exercido nas relações sociais.

AS INJUSTIÇAS SOCIAIS

A sociedade é constituída por um conjunto de indivíduos que sofrem as influências das suas paixões, ódio, valores, preconceitos, crenças, mitos, etc. A realidade coletiva é profundamente influenciada pelos fatores passionais e pelos mitos sociais. Cada segmento tem seus valores próprios, suas crenças, seus totens e seus projetos. Os mitos sociais transformam-se em ideologia coletiva, comum a todos os membros do grupo e, por ser profundamente carregada de afeto, gera o sentimento de pertença à coletividade.

Ser-no-grupo significa, assim, pertencer à comunidade, comungar desta ideologia coletiva e desempenhar papéis sociais definidos, enquanto que **Estar-no-grupo** significa apenas ocupar um lugar no espaço físico da comunidade, não havendo o sentimento de pertença, mas sim o de exclusão e marginalização.

O organismo social tem seu ritmo próprio que é o reflexo, ao tempo em que reflete, também, a participação e integração social dos seus cidadãos. A sociedade avança inexoravelmente no tempo, ignorando todos aqueles que ficam para trás e que se perdem na competição e no emaranhado social.

A estes é negado o direito de cidadania e por isso são marginalizados e relegados ao ostracismo social. Dentre estas minorias estão os doentes crônicos, os inválidos, os velhos, as minorias raciais, religiosas, sexuais e culturais, os analfabetos, os miseráveis, os excomungados, os prisioneiros e todos aqueles desprovidos de raízes.

Da mesma forma que uma caravana deixa atrás de si os fatigados, os capengas, os descontentes, os incapacitados de toda espécie, os indiferentes, etc. A sociedade abandona, também, em suas margens todos aqueles que sucumbiram às suas injustiças e se converteram em suas próprias vítimas, principalmente aqueles que não foram educados por ela para o exercício pleno da cidadania. É a suprema injustiça reverberante da sociedade, que condena, marginaliza e abandona indiferentemente as vítimas que ela própria produz e, em contra-ponto com a própria perversidade, resiste e se opõe à integração dos seus marginalizados, não permitindo que os menos capazes e os despreparados, reconquistem os seus papéis sociais perdidos. Muito pelo contrário, através dos meios coercitivos disponíveis, a sociedade tem negado as suas propostas e promessas e, na prática, tem se oposto a esta integração, por considerar este segmento como nocivo, inconveniente e perigoso à sua estrutura e dinâmica.

Novamente se evidencia a injustiça social que gratifica com estímulo e recompensas aqueles que são indivíduos bem sucedidos e bons cidadãos e, por outro lado, rejeita duramente os desprivilegiados da sorte e aqueles que não receberam uma educação para a cidadania, despejando sobre eles os seus ódios, preconceitos, desvalorização pessoal, castigos e ostracismo. Assim, paradoxalmente, premia-se e facilita-se a integração dos que são bons cidadãos e já estão integrados socialmente e nega-se esta oportunidade justamente àqueles que mais precisam dela.

Um exemplo marcante desta situação encontra-se na escola, onde gratificam-se e premiam-se os bons alunos e negligenciam-se e rejeitam-se os maus alunos e os menos capazes e que realmente precisam ser mais estimulados, reforçando-se, assim, o sucesso dos mais capazes e marginalizando-se cada vez mais os menos capazes, favorecendo-se, assim, a evasão escolar.

A educação para a cidadania exige da sociedade e dos educandos um dispêndio permanente de energias e investimentos efetivos para que o indivíduo possa integrar-se e manter-se integrado e, sobretudo, para tornar-se capaz de resistir aos traumatismos e frustrações sociais. Neste processo, primeiro é preciso aprender para depois assumir os papéis sociais e os mecanismos de adaptação ao meio cultural e ao grupo. Isto permite a assimilação dos hábitos, ritos, valores e modelos de comportamento vigente, bem como o aprendizado de modos de perceber, pensar e agir, com vistas ao reconhecimento dos direitos do Outro.

A educação para a cidadania consiste, portanto, num conjunto de experiências socializantes cujo objetivo é a propiciação da aquisição de tipos de conduta e de modos de **ser-na-sociedade** que estejam em harmonia com a comunidade na qual o indivíduo vive. O homem socializado é, também, aquele no qual há um desejo de participação social e uma possibilidade real e concreta que o habilita de fato a isso, e que é maior que o simples desejo, porque é a eficácia dos seus esforços e a realidade do seu mundo circundante próprio que vai permitir a concretização dos seus desejos e da integração desejada. A socialização não é, portanto, apenas a aprendizagem de um repertório de condutas socialmente válidas e legítimas, mas é, sobretudo, a aquisição de uma aptidão ao esforço de adaptação social continuada e de uma capacidade de resistência às tensões resultantes das pressões sociais.

O **repertório de condutas** será, assim, estabelecido desde a infância, e a aquisição da consciência moral será fruto das normas e do código de ética que será internalizado através desta educação, que contribuirá para a estruturação do super-ego que deverá reger permanentemente a auto-regulação do comportamento do indivíduo.

A falha deste processo de educação para a cidadania em alguns dos seus estágios pode resultar na instalação de um processo de dissociação e dissocialidade capazes de levar o indivíduo à marginalidade e/ou delinquência, em função da ruptura da integração social e cultural.

A conduta delinqüencial não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista do tipo de delito cometido, da lei transgredida, da natureza do ato criminoso ou do objeto do delito. Há que haver um entendimento pluri-dimensional que abranja, pelo menos as suas três dimensões principais: a configuração, a dinâmica e a motivação do ato delituoso.

Para isso é preciso considerar as diversas estruturas envolvidas no processo social e de cuja falência no processo de educação para a cidadania resulta a dissocialidade: a estrutura da personalidade, a família, a escola e a sociedade como um todo.

ESCOLA E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

Na relação perversa resultante da distorsão do binômio educação-cidadania reside uma das mais graves injustiças sociais, já referida anteriormente neste texto, que é praticada contra o segmento de crianças que mais precisam de escola e a quem este direito básico é negado direta ou indiretamente.

Yara Ataide numa pesquisa realizada com meninos de rua diz:

"Dentre as crianças entrevistadas, 81% já tinham frequentado escola, mas só 34,69% dos 121 entrevistados ainda permaneciam nela. A maioria abandonou os estudos ainda no primeiro ano, e grande número dos que ainda estão matriculados continua frequentando o primeiro ano.

Apenas 19% dos meninos ouvidos nunca estiveram na escola. Percebe-se a absoluta incapacidade desta de promover a progressão destes meninos e até mesmo a simples alfabetização. A grande maioria deles permanece entre a primeira série e a evasão.

A escola trata desigualmente as classes sociais e acaba produzindo mais fracassos que sucessos, à medida que educa e instrui a minoria privilegiada e exclui e marginaliza as classes pauperizadas, agravando e reforçando as desigualdades sociais. A grande injustiça social reside justamente no fato de que são estas crianças que mais precisam da escola para melhorar de vida."

A luta em busca de educação para a cidadania já apresenta sinais de colapso nos primeiros elos da sua complexa cadeia, pois nem sempre existem vagas disponíveis nas escolas públicas. A educação e a saúde pública no Brasil são calamidades sociais apenas comparáveis às calamidades naturais: fome, inundações, secas, endemias e epidemias, desastres ecológicos, etc.

O ensino é precário em todos os níveis, os conteúdos programáticos são obsoletos e alienados à nossa realidade, os professores são despreparados e mal remunerados, e as condições adversas de trabalho a que são submetidos forçamos a desviar grande parte das suas energias para investimentos em greves e em lutas de classe em busca de melhorias salariais, deslocando as suas atenções do rendimento escolar dos seus alunos. A burocracia do ensino público no país é altamente frustadora e o trabalho se processa num clima de favoritismo político e as condições desfavoráveis de trabalho terminam por desmotivar os professores, estressados pelas condições adversas de um trabalho que exaure as suas forças em salas de aula superlotadas por alunos rebeldes e igualmente insatisfeitos.

Falta quase tudo nas escolas, desde a higiene nas salas de aula e nos sanitários, até o material pedagógico mínimo indispensável à transmissão de qualquer conhecimento. A carência é geral: tanto falta o papel de ofício na sala de aula como falta, também, o papel higiênico no sanitário.

Com muita propriedade e profunda sensibilidade na compreensão do problema, Yara Ataíde afirma:

" Nada do que a escola da vida ensinou a esses meninos é levado em consideração pela escola tradicional. A professora transmite aos seus alunos, implícita ou explicitamente, a desalentadora mensagem de que eles são incapazes de aprender e que ela está ali perdendo tempo e que tudo o que está acontecendo ali é uma grotesca farsa didática, com o beneplácito do governo. Os alunos captam esta mensagem subliminar e desistem de continuar levando adiante as suas tentativas de escolarização. Acabam por aceitar o fracasso escolar que os marginalizará, tolhendo-lhes as oportunidades de uma vida melhor."

Estes fatores, ligados à fome e à desnutrição crônica, propiciam um rendimento escolar que se situa em limiares muito abaixo do rendimento das escolas particulares e que caminha rapidamente para uma decadência progressiva que não tarda em resultar em absenteísmo, reprovações sucessivas e, por fim, o desinteresse que leva à evasão escolar.

As condições propiciatórias da dissociação existentes na fase pré-escolar, costumam eclodir com o ingresso da criança na escola, porque a experiência escolar representa um confronto com um conjunto de experiências regidas por normas e regras, presididas por autoridades adultas e representan-

tes de um status constituído e controlador do saber e do poder a serviço das normas convencionais e dominantes.

Nesta trajetória escolar trôpega e inconsistente, desde cedo já é possível o registro de sinais premonitórios das transgressões maiores que ocorrerão no futuro. O absentismo e o recidivismo são os sinais mais precoces e estão freqüentemente relacionados com a conduta delinqüencial. O aluno "gazeteiro" e repetente contumaz desde cedo está fadado a viver à margem da vida escolar. Esta fase costuma ser marcada por desajustamentos progressivos mais graves à escola, caracterizados por mentiras, falsificações de notas em boletins escolares, interceptação de comunicação entre a escola e a família, etc. Este problema, por sua vez, geralmente é conseqüência de outro problema correlato decorrente da instabilidade do ambiente familiar. Assim, os problemas familiares, associados ao fracasso escolar decorrente da estrutura hiper-autoritária da escola, confluem para favorecer o desinteresse pela escola, apagando ainda mais os valores escolares e sociais já tão descoloridos para aquelas vidas marginalizadas. Tudo isso reforça a ausência do **horizonte temporal**.

Os sinais de alerta mais graves são fornecidos pela rebeldia e indisciplina, desacato às autoridades escolares, turbulência e agressividade nas salas de aula e no ambiente escolar, em geral.

A situação evolui num crescendo até que eclode a conduta francamente contraventora e/ou delinqüencial, sob a forma de furtos, formação de quadrilha, predações, violências, prostituição, uso de drogas, estupros, assaltos, lesões corporais, etc.

A primeira entrada na polícia não tardará a ocorrer, iniciando-se, assim, uma carreira recidivante de crimes que terminará um dia com o próprio cadáver estendido no chão, numa poça de sangue, depois de cerrado tiroteio com a polícia e uma lacônica referência nas páginas dos jornais.

Estudos de Glueck, nos U.S.A., revelaram que 50% dos delinqüentes recidivantes adultos já apresentavam conduta delinqüencial desde os 8 anos de idade; 90% dos integrantes deste grupo já eram delinqüentes considerados de difícil recuperação desde os 10 anos de idade; e 70% do total dos delinqüentes considerados de difícil recuperação já eram delinqüentes desde a adolescência.

FAMÍLIA E CIDADANIA

A educação para a cidadania, todavia, não é ministrada apenas pela escola. A escola instrui e educa, mas o papel precípua da família é educar. A sociedade e a família desempenham, assim, um significativo papel na preparação da criança para o exercício da cidadania.

Crianças dissociadas geralmente provêm de lares desagregados, constituídos por famílias marginais, marcadas pela ausência de relações familiares e pela presença de maus exemplos. São muito freqüentes os problemas psiquiátricos, tais como alcoolismo, epilepsia, uso de drogas, neuroses ou psicoses.

A carência afetiva é o marco dominante neste tipo de família e a indiferença e a frieza predominam nas relações familiares, sendo superadas apenas pelos maltratos e violência dos pais.

E quem educa a família para que ela possa educar adequadamente os filhos?

Como educar essas famílias para que tenhamos soluções estruturais e não apenas soluções conjunturais e demagógicas tão ao gosto dos políticos?

A educação inadequada proveniente deste tipo de ambiente familiar tende a levar ao processo de **desfamiliarização**, ou seja o processo de ruptura dos vínculos familiares, no qual a dissociação ocorre a nível conjugal, ou seja, entre os pais, resultando daí uma discordância de papéis e um conflito de comunicações na relação com os filhos. Esta dissociação intrínseca da família resulta na desapareção ou perda da unidade de valores e do sentimento de segurança familiar e social. Este processo de **desfamiliarização**, ou seja, da perda dos vínculos familiares, antecede um processo mais grave que é a **dissociação**, ou seja o processo de perda dos laços com a sociedade. Não raro, nas famílias marginais ocorre um processo ainda mais grave que é a **dissociação global**, isto é, há uma ruptura intra-conjugal, peri-conjugal ou familiar e transconjugal, ou seja, além da ruptura entre os cônjuges e entre os cônjuges e os filhos, há também uma ruptura de toda a família desagregada com a sociedade em geral.

A crise dos miseráveis reflete e repete a crise maior da própria sociedade.

Enquanto ela não resolver seus próprios problemas os miseráveis continuarão a refletir esta crise sem fim.

Educar para a cidadania significa, portanto, resolver os problemas que afligem as populações carentes de educação, saúde pública, bem estar social, economia e finanças públicas, inflação, comunicação de massas, confiabilidade no governo, habitação popular, emprego para todos, violência social, corrupção, ecologia, etc.

O grande problema, talvez insolúvel, é encontrar quem eduque os educadores.

BIBLIOGRAFIA

- ALTOÉ, Sônia, **Infâncias Perdidas**, Rio de Janeiro, Xenon 1990.
- ARGYLE, Michael, **A Psicologia e os Problemas Sociais**, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- ATAIDE, Yara Dulce Bandeira, **Decifra-me ou Devoro-te: História Oral de Vida dos Meninos de Rua de Salvador**, São Paulo, Loyola, 1993.
- AZEVEDO, Maria Amélia (Org.) **Crianças Vitimizadas**, São Paulo, Iglu, 1989.
- BAHIA: **Suas Crianças e Adolescentes. O que está Acontecendo**. Publicação da UNICEF, 1991.
- BICUDO, Hélio, **Violência contra o Menor**, Revista CEAP, Número Especial sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil, 1989.
- CARAN, Dalto, **Violência na Sociedade Contemporânea**, Vozes, Petrópolis, R.J., 1977.
- CAVAZZUTI, Tomás, **Violência e Sociedade**, Salvador, Cadernos do CEAS, n.83, jan-fev. 1983.
- CHAZAL, Jean, **La Infância Delincuente**, Buenos Ayres, Paidós, 1958.
- CHENIAUX, Sônia, **Trapaceados e Trapaceiros: o Menor de Rua e o Serviço Social**, São Paulo, Cortez, 1988.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Marco de Ação para satisfazer as necessidades básicas de Aprendizagem. Publicado pela UNICEF, 1990

- DIMENSTEIN, Gilberto, **A Guerra dos Meninos** - Assassinatos de menores no Brasil, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.
- FERREIRA, Rosa Maria Fisher, **Meninos da Rua: Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**, São Paulo, Ibrex, 1979.
- FRIEDLANDER, Kate, **Psicoanálisis de la Delincuencia Juvenil**, Buenos Ayres, Paidós, 1956.
- ILFERD, Frederic, **Overview of the Causes and Prevention of Violence**, Arch Gen Psychiat, Vol. 20, June, 1969.
- JOHNSON, Elmer, **Social Problems of Urban Man**, Illinois, The Dorsey Press, 1973.
- JOUBREL, Henri, **Juventude em Perigo**, São Paulo, Flamboyant, 1961.
- LORENZI, Mário, **Crianças Mal-Amadas**, São Paulo, Global Editora, 1985.
- LOUZEIRO, José, **Genocídio na Baixada: as crianças estão sendo dizimadas**, Revista CEAP, Número Especial sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil, 1989.
- MACEDO, Gilberto, **Agressão e Violência: A Psiquiatria no Planejamento Urbano**, Trib. Med., Vol. 15, n. 6, Jun, 1972.
- MADDISON, David, **Barricadas do Homem Contra si Mesmo**. Comportamento, n. 2., 1970.
- MARTINS, José de Souza, **O Massacre dos Inocentes** - Criança sem infância no Brasil, São Paulo, Hucitec, 1991.
- MAISONNEUVE, Jean, **Introdução à Psicossociologia**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1975.
- MEGARGEE, Edwin & HOKANSON, Jack, **A Dinâmica da Agressão**, São Paulo, E.P.U. - EDUSP, 1970.
- MICHAUX, Léon, **A Criança Delinqüente**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

- MONTAGU, M.F. Ashley e outros, **Hombre y Agression**, Barcelona, Kairós, 1970.
- MORELLI, D. Mauro, **O Menor Abandonado nas Ruas de Pernambuco**, Revista CEAP, Número Especial sobre o Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil, 1989.
- MUCCHIELLI, Roger, **Comment ils deviennent Délinquants: genèse et Développement de la socialisation et de la dissocialité**, Paris, Les Editions Sociales Françaises, 1965.
- NASCIMENTO, Maria das Graças, **Meninos e Meninas de Rua: pelo Direito de serem Cidadãos**, Revista CEAP, Número Especial sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil, 1989.
- SACHAR, Edwald, **Behavioral Science and Criminal Law**, Scientific American, Vol.,209, n.5, Nov. 1963.
- SANTARCÂNGELO, Maria Cândida Vergueiro, **Juventude e Delinqüência**, São Paulo, Ática, 1966.
- SCHNEIDER, Leda, **Marginalidade e Delinqüência Juvenil**, São Paulo, Cortez, 1981.
- SINGER, Jerome, **O Controle da Violência**, São Paulo, E.P.U. - EDUSP, 1971.
- SINGER, Melvin, **Delinquency and Family Disciplinary Configurations. An Elaboration of the Superego Lacunas Concept**, Arch Gen Psychiat, Vol 31, Dec. 1974.
- Situação Mundial da Infância: 1992.** Publicação da UNICEF, 1992.
- SOUZA, Sérgio Muniz, **Delinqüência Juvenil**, Rio de Janeiro, Agir, 1969.
- SZUREK, S.A. **The Antisocial Child, his Family and his Community**, California, Science and Behavior Books, 1969.
- VEDDER, Clyde, **Juvenile Offenders**, 6th Edition, Illionois, U.S.A. Charles Thomas, 1979.

VOLPI, Mário, **As Crianças são o Presente, sem elas não haverá Futuro**,
Jornal da UNICEF, Brasília, JUN, 1992.

WALKER, Robert, **Psychology of the Youthful Offender**, 2nd Edition, Illinois,
U.S.A., Charles Thomas, 1973.

WINNICOTT, D.W. **Privação e Delinquência**, São Paulo, Martins Fontes,
1987.